

O papel do Historiador na constituição do conhecimento histórico: uma análise de três perspectivas

Carlos Oiti BERBERT JÚNIOR²²

O principal objetivo da teoria da história consiste em explicitar os limites e possibilidades da história enquanto conhecimento. Ela nos fornece bases relativamente seguras a respeito do tipo de conhecimento que poderemos obter com o estudo da história e o tipo de conhecimento que ela não pode fornecer²³. Neste sentido, a teoria da história tem como uma de suas principais finalidades analisar a relação entre o “sujeito” historiador e o “objeto” de seu estudo; no caso, os eventos que ocorreram no passado e que possuem significado para a nossa cultura²⁴. Ora, o problema que se coloca aqui está relacionado ao *peso* da intervenção do historiador na produção do conhecimento histórico. Trata-se de uma questão importante pois, dependendo da resposta dada a este problema, as conclusões podem relativizar – ou mesmo colocar em dúvida – o papel do historiador enquanto produtor de conhecimento. Como exemplo, pode-se citar Keith Jenkins que em seu livro *A História Repensada* afirma que a interferência do historiador na construção do texto histórico é tão grande que “a verdade é uma figura de retórica” (JENKINS, 2001, p.57).

São muitas as definições a respeito da influência do historiador no que se refere à construção do texto histórico e, no presente artigo, pretende-se apontar para três momentos relativos a estas definições. Evidentemente não se pretende esgotar o assunto, mas afirmar que a teoria da história, sendo uma atividade eminentemente histórica, passou por mudanças do século XIX até hoje. O que se pretende fazer aqui é destacar algumas dessas mudanças que, por sua vez, estão relacionadas ao papel do historiador no que diz respeito à construção do texto histórico. Começemos pelo positivismo.

Em sua tentativa de estabelecer critérios seguros, para a constituição de uma história construída em bases “científicas”, o positivismo ou a “escola metódica” se pautou, no campo específico da metodologia, em uma perspectiva que privilegiava a crítica “interna” e “externa” dos documentos. A crítica “externa” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p.103) consiste em classificar os documentos e comprovar a autenticidade dos mesmos. A crítica “interna” (ou hermenêutica) consiste na análise do conteúdo e interpretação sobre o que o autor quis dizer (BOURDÉ e MARTIN, 1983, P.104). Para os principais representantes da “escola metódica” – e aqui usamos como exemplo Langlois e Seignobos – estes procedimentos se revelariam *suficientes*, do ponto de vista metodológico, no que se refere à construção de uma história de cunho “científico”, pois evitaria o perigo do historiador se deixar levar pela especulação típica das “filosofias da história”, além de proporcionar – pelo menos em teoria – o “apagamento” do historiador diante dos documentos, conforme nos mostram Bourdé e Martin.

Segundo Ch. – V. Langlois e Ch. Seignobos, ‘a história não passa da aplicação de documentos’ [...]. A fórmula supõe uma teoria do conhecimento – uma relação entre o sujeito (o historiador) e o objeto (o documento) – que não é explicitada. Na realidade, trata-se da ‘teoria do reflexo’, tirada de Von Ranke (à qual se aludirá posteriormente). Para já, a escola metódica despreza o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louva o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos (MARTIN e BOURDÉ, 1983, p.102)²⁵.

Note-se aqui que o papel do historiador é reduzido a ponto de, sequer, ser permitido a ele elaborar questões. Hoje, sabemos que tal projeto é impossível na prática. No entanto, para compreender o processo da concepção deste tipo de perspectiva metodológica, será necessário

²² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

²³ Como exemplo, podemos afirmar que o estudo do passado em nada nos autoriza afirmar que a humanidade, inexoravelmente, caminha em determinada direção.

²⁴ Colocamos as expressões “sujeito” e “objeto” entre aspas pois o termo “sujeito” não remete a nenhuma entidade abstrata, mas a indivíduos concretos, cujo produto de suas pesquisas é partilhado por uma comunidade. Da mesma forma “objeto” não se refere à noção de “fato histórico”, como se o mesmo fosse um objeto concreto, tal qual uma mesa ou um edifício. O “fato histórico” é muito mais um conjunto de relações.

²⁵ Não discutiremos o fato de Ranke se basear, ou não, em uma “teoria do reflexo”. O importante aqui é apontar para o tipo de perspectiva que Langlois e Seignobos tinham a respeito do papel exercido pelo historiador.

entender os motivos que os levaram a isso. Charles Seignobos nos dá uma pista, quando menciona os historiadores do passado e a relação dos mesmos com a escrita. Segundo Seignobos, os historiadores do século XIX buscavam preencher os espaços vazios deixados pela fragmentação dos vestígios com “lendas”, “conjecturas sem fundamento” ou “raciocínios fundados em generalizações imprudentes” (SEIGNOBOS, 1938, p.VI). Ora, afirmamos que a crítica de Seignobos se dirigia, sobretudo, à escrita da história no século XIX. Neste sentido, a crítica feita pela “escola metódica” tem por fundamento a forma, ou estilo da escrita dos historiadores do período mencionado. É o que observamos na seguinte passagem.

Uma tradição, vinda do tempo em que a história era tratada como uma dependência do gênero oratório, dera aos historiadores o hábito de realçar a mediocridade dos fatos reais pela solenidade da forma. Este estilo, segundo se imaginava, apropriado à dignidade da história, servia para dissimular e muitas vezes deformar a realidade do passado (SEIGNOBOS, 1938, p.VII).

Como forma de combate aos aspectos retóricos do texto, Seignobos propõe uma forma diferente de escrita.

Entendi que, para ser absolutamente sincero, necessário se tornava evitar as formas convencionais e pomposas que dão uma falsa impressão da realidade. Renunciei, pois, deliberadamente, ao uso do estilo histórico, e cuidei de sempre expor os fatos numa linguagem simples e familiar, tão aproximada do tom da conversação quanto o permite o desejo de escrever corretamente (SEIGNOBOS, 1938, P. VII).

Evidentemente, o tipo de escrita proposto por Seignobos não diminui os aspectos seletivos do texto historiográfico. Na verdade, este tipo de escrita pode ser tão “convencional” quanto o de seus adversários²⁶. No entanto, o mais importante a ser assinalado é o fato de que a matriz “objetivista” do século XIX também se preocupou com a forma de escrita, e essa preocupação está relacionada à concepção que visa apagar o historiador enquanto produtor de conhecimento. Essa concepção permaneceu influente até meados da década de 1940, quando foi amplamente questionada. Trata-se do segundo momento o qual gostaríamos de assinalar.

Este segundo momento, em que tomamos como exemplo Marc Bloch e Henri-Irénée Marrou, se caracteriza pela crítica à “escola metódica” e pela elaboração de uma reflexão em que o historiador intervém no processo. Nesta concepção, o passado não é mais visto como algo “em si” e a história é constituída por meio da relação entre o historiador, que se encontra no presente, e o passado, que nos chega através dos vestígios. Neste sentido, o historiador intervém no processo de conhecimento por meio das perguntas que ele faz aos documentos. São elas que permitirão ao historiador obter as respostas que o levarão ao estabelecimento de conexões que darão sentido ao texto histórico²⁷. Note-se aqui que, para ambos, a intervenção do historiador não afeta os critérios de objetividade necessários para a constituição do conhecimento histórico. O que Marc Bloch e Marrou afirmam é que o conhecimento só se produz mediante as perguntas feitas aos documentos e, ao contrário da escola “positivista”, ambos acreditam que evitá-las é impossível.

O que se observa neste segundo momento é a ampliação do papel do historiador na constituição do conhecimento histórico, no âmbito da reflexão teórica. No entanto, neste momento, questões como a capacidade da história se referir ao passado e sua relação com a verdade permanecem intactos. O que mudou foram as estratégias explicativas que tornaram mais explícita a prática do historiador. É no terceiro momento escolhido como exemplo que esta relação se altera drasticamente.

Podemos observar que Charles Seignobos tentou superar, no âmbito da escrita da história, os aspectos retóricos dos aspectos descritivos, procurando suprimir o primeiro em detrimento do segundo. Ora, a aproximação entre a narrativa histórica e a literatura, ocorrida na segunda metade do século XX, inseriu novamente os aspectos retóricos como ponto de reflexão sobre a escrita da história.

²⁶ É o que defende Roland Barthes em *O Rumor da Língua* (1984). Ver, principalmente “O discurso da história” e “O efeito de real” na referida obra.

²⁷ Essas teses podem ser encontradas na obra *Apologia da História* (2001) de Marc Bloch e *Sobre o Conhecimento Histórico* (1978) de Henri-Irénée Marrou.

Neste contexto, o exemplo mais ilustrativo é o de Hayden White que, a partir das teses de Nostrop Frye, aproxima a tarefa do historiador com a do romancista. Sua tese é a de que, na medida em que o historiador é responsável pela elaboração do enredo, e que esta elaboração não se encontra no referente, mas em formas de escrita que obedecem a certos arquétipos associados à literatura, então, do ponto de vista da narrativa, a história possui muito mais elementos ficcionais do que elementos “descobertos” nos vestígios do passado. Neste sentido, a história, do ponto de vista da narrativa, perde o seu caráter de *referência*. Partindo desta premissa, Hayden White afirma que o que o historiador busca fazer é colocar um tipo de enredo que, transformando o estranho em familiar, traga significado para a sua comunidade de origem²⁸.

As conseqüências desta perspectiva são óbvias: se, no positivismo, o sujeito era visto como apagado, nas teses de Hayden White a importância do historiador é ampliada a ponto de determinar as formas “explicativas” do texto histórico, sem recorrer à referência. Entre estes dois opostos, encontramos Marc Bloch e Marrou, tentando demonstrar o equilíbrio entre o historiador e o passado.

Diante do que foi exposto, o grande desafio que a teoria da história enfrenta nos últimos anos é o de incorporar as reflexões sobre a narrativa apresentadas no terceiro momento às perspectivas elaboradas por Marc Bloch e Marrou, que permanecem defendendo o caráter referencial da história²⁹ sem, no entanto, caírem no cientificismo. Nos últimos vinte e cinco anos, vários filósofos e historiadores estão buscando alternativas para unir estes dois elementos desde então³⁰. Neste sentido, unir o caráter referencial da história às novas descobertas no que se refere ao estudo da narrativa se torna um dos objetivos mais importantes da teoria da história no século XXI.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDÉ e MARTIN. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARROU, Henri-Iréné. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SEIGNOBOS, Charles. *História Sincera da França*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

²⁸ As teses de Hayden White destacadas no presente trabalho podem ser encontradas em duas de suas principais obras: *Meta-História* (1995) e *Trópicos do Discurso* (1994).

²⁹ É sabido que Marc Bloch não nutria a menor simpatia pela narrativa, pois ele a associou à escrita positivista. No entanto, sabemos que a narrativa é muito mais complexa que a escrita da história do século XIX.

³⁰ Como exemplo, podemos citar Jörn Rüsen, Paul Ricoeur e David Carr.